

JOÃO MELO: IDENTIDADE NACIONAL E MASCULINIDADES EM CRISE

Mário César Lugarinho

Universidade de São Paulo

Teorias

*Eu sou um homem moderno, li uns livros
assimilei umas teorias
e acho pré-histórico privar as mulheres
da sua própria liberdade
em nome do amor*

*Mas que hei-de sofrer muito
hei-de
se tiver de pôr à prova
essas teorias*

(JOÃO MELO)

1. OS ESTUDOS DE GÊNERO E A CRÍTICA LITERÁRIA

A história das literaturas dos países africanos de língua oficial portuguesa no século XX pode ser observada a partir da história de discursos que transitam entre o vetor da nacionalidade, que fundou a nação e a identidade nacional, e o vetor donde emergiram novas subjetividades, usualmente constituídas a partir das identidades nacionais. Se o primeiro vetor já se demonstrou bastante sobrevalorizado pela

produção literária e por sua crítica, notadamente do século XX, o segundo vetor ainda vem se definindo, até por se valer da exaustão de sentido investido no primeiro.

A poesia da negritude, por exemplo, num primeiro momento, deu condições à formação de um sujeito negro e africano, consciente de uma herança cultural tradicional, porém inscrita em um mundo moderno e hostil. Se o sujeito poético que emergia desse movimento africanizou-se, tendo sido a memória a mediadora permanente entre si e o outro, que continuamente o inscrevia no universo colonial, num segundo momento, a sua nacionalização, a construção de elementos que o condicionassem a uma identidade nacional, ganhou espaço em função das urgências históricas dadas nas lutas pelas independências daquelas nações. Essas urgências, por razões óbvias, pouco espaço teriam deixado para o aparecimento de propostas poéticas outras, baseadas em outros vetores, notadamente o da problematização da própria subjetividade. Entretanto, na medida em que os estados nacionais africanos se consolidaram, outras temáticas e procedimentos levaram a produção poética e, por conseguinte, o conjunto da produção literária, poesia e prosa, a se voltar para a subjetividade e a intimidade dos indivíduos.

A produção literária europeia ocidental é pródiga, durante o século XIX, em impor modelos de masculinidade que, de alguma maneira, constituem o ideal nacional e que reclamam a disseminação de formas paradigmáticas de masculinidade e que serviam claramente a uma pedagogia do indivíduo. Eve Kosofvsky Sedgwick (Sedgwick, 1985) é bastante clara ao analisar uma série literária inglesa na qual personagens masculinos são condicionados paradigmaticamente. Em seu estudo, Sedgwick destaca a constituição desses paradigmas através de obras de autores como Thackeray, Dickens e Tennyson, nas quais é verificado como a cultura vitoriana burguesa potencializou as relações entre homens – a homossociabilidade –, a maneira como os

indivíduos concorrem solidariamente para a manutenção do estatuto hegemônico da masculinidade¹.

A produção cultural dos países colonizados não fugiu à regra de continuidade, estejam eles localizados nas Américas, África, Ásia ou Oceânia. Os estudos que descrevem a “ordem de gênero” nas Literaturas Africanas de Língua Portuguesa demonstram-na.

O gênero, ainda tratado como papel social, foi um imperativo para que se construíssem as identidades nacionais dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs), apesar dos agenciamentos² experimentados no âmbito das sociedades coloniais e que colocavam em xeque o modelo hegemônico, advindo da sociedade burguesa da metrópole.

Apesar de se observar que traços aparentemente distintos foram convocados para a construção de paradigmas de masculinidade definidos a partir de uma “origem” africana, percebe-se que tais traços eram a transposição de elementos dispostos pela cultura e pela história do colonialismo dos séculos XIX e XX. Dessa maneira, pode-se

1 Transpondo a reflexão de Sedgwick para as literaturas de língua portuguesa, seria a forma como os personagens de Eça de Queirós ou Machado de Assis, independentemente de suas opções literárias, estabilizam a identidade masculina num patamar hegemônico. No caso de Eça de Queirós, a homosociabilidade estaria na rede de relações urdida em torno de Amaro ou Basílio ou Jorge na qual, em nenhum momento, a masculinidade desses personagens é posta em causa, mas, pelo contrário, é sobrevalorizada e salvaguardada com as mortes de Amélia e de Luísa. Em Machado de Assis, apesar de encontrarmos uma gama de personagens cujas virtudes masculinas se encontram mais enfraquecidas (como Gonçalo Ramires, de Eça de Queirós), a homosociabilidade em torno de Brás Cubas e Bentinho evidencia-se por uma opinião pública que se aquiesce das ações de ambas as personagens. No caso da Literatura Brasileira, exemplos mais flagrantes se encontram em *O Ateu*, de Raul Pompéia (1888) ou em *O cortiço*, de Aluísio Azevedo (1890).

2 O agenciamento não é apenas a forma como os indivíduos acessam o real, mas a sua própria forma de estar no mundo, submetidos às ordens discursivas, ao mesmo tempo em que delas escapam, constitui a sua própria e específica forma de estar no mundo; *lato sensu*, a sua individualidade (cf. Deleuze, Guattari, 1975: 124-125).

perceber que as literaturas dos PALOPs foram produzidas a partir de estéticas ideologicamente marcadas pela proposição do “homem novo”, cunhada pelo marxismo-leninismo e pelo estado soviético. A requisição do conceito de “homem novo” não foi uma exclusividade dos movimentos de libertação nacional, tampouco da produção literária engajada nessas lutas – o conceito também fora propagado pelo Estado Novo português, como uma conversão cristã do ideal do “homem novo” do nazifascismo (cf. Rosas, 2001). O “homem novo”, nazifascista e estadonovista, afinal, era o paradigma sobre o qual o nacionalismo europeu do século XX assentou a sua proposta de renovação social, cultural e nacional, concomitantemente à perspectiva do comunismo soviético que, de igual maneira, propunha um “homem novo” como agente e paciente da revolução proletária (cf. Mosse, 2000; Kolbanosky, 1947; Lugarinho, 2013).

A produção literária da qual derivaram as literaturas nacionais dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, investindo no “homem novo” formulou paradigmas para o sujeito da africanidade, num primeiro momento, para, em seguida, investir no “homem novo” nacional, sujeito das identidades nacionais requeridas pelas (ex) colônias, que moldaram o discurso das identidades nacionais nas literaturas de Angola, Cabo Verde e Moçambique³. Ao mesmo tempo em que investiam na constituição de modelos de masculinidade, necessários para a (re)instituição e revisão da “ordem de gênero” que o colonialismo impusera, as literaturas nacionais dos PALOPs encontravam condições de criticar esses mesmos modelos, ao perceberem as contradições e aporias das culturas que emergiam ao fim do

3 Como no romance de Manuel Lopes, *Flagelados do vento leste* (1959), a personagem José da Cruz, paradigma da caboverdianidade pelas virtudes que apresenta ao longo da narrativa, com honra e solidariedade potencializadas, torna-se modelo de masculinidade a todos os outros personagens.

colonialismo, como se verifica na obra de Luandino Vieira ou de Luís Bernardo Honwana (cf. Sabine, 2011).

Mas vale mais alguma reflexão em torno da simbiose conceitual entre gênero e nação. Se, num primeiro momento, o paradigma do “homem novo” tornava-se visível e disseminava-se nos programas políticos dos movimentos de libertação (v. Cabral, s/d; Cabaço: 2009), por derivação constituía-se uma “ordem de gênero” a partir da qual eram estratificadas e instrumentalizadas as relações entre indivíduos, masculinos e femininos, homens e mulheres. Dessa forma, o estudo das relações que instituíram ao mesmo tempo a nação e a ordem de gênero, que a sustentava, aponta tanto para uma perspectiva libertária, notadamente feminista, quanto para uma perspectiva conservadora, que mantém, ao mesmo tempo, práticas oriundas das tradições autóctones e do colonialismo. Daí, caberia perguntar se as Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, ao experimentarem o seu processo de conversão em Literaturas Nacionais, ressignificaram as relações de gênero.

Na produção literária dos PALOPs, observa-se o investimento flagrante no protagonismo feminino, como acontece flagrantemente na obra de Luandino Vieira. Esse modelo será herdado pelas gerações mais jovens de autores, especialmente aqueles que começaram a publicar a partir da década de 1980. Desse conjunto, podem ser destacadas as narrativas da angolana Ana Paula Tavares, da caboverdiana Dina Salústio ou da moçambicana Paulina Chiziane, devedoras da emergência do feminino nos contextos social, político e cultural africanos, introduzindo novas possibilidades de subjetivação nos discursos literários. Sem dúvidas, essa emergência potencializou a problematização que começara a ser operada, por exemplo, por Francisco José Tenreiro ou Noémia de Souza, na medida em que, ao questionarem o *status quo* da condição colonial, abriram fendas na ordem de gênero reclamando não apenas a emergência do “homem novo”,

mas, também, a sua efetiva inscrição na cultura do porvir que projetavam em suas obras.

Desde fins da década de 1980, começaram a emergir, nas literaturas de Cabo Verde, Angola e Moçambique, obras que problematizam a ordem de gênero instituída pelo colonialismo e mantida pelos movimentos nacionalistas no período pós-independência. Apesar dos esforços nacionais que propunham a disseminação do “homem novo” como um indivíduo universal, esse conceito recai, sobretudo, no masculino, ao definir uma prática renovadora reservada primordialmente aos indivíduos do sexo biológico masculino. As sociedades das emergentes nações africanas, entretanto, mantiveram e estabilizaram as práticas que sustentavam tanto a ordem de gênero, dada pelo colonialismo, quanto aquela herdada da tradição, mesmo que colocada em suspenso pelas parcelas mais urbanizadas das populações (cf. Aboim, 2008).

A proposta do “homem novo” que, no discurso dos movimentos de libertação pode ser resumido pela negação do tribalismo, da tradição local, da gerontocracia, do nepotismo e do sexismo (Cabral, s/d), não atingiu seus objetivos. A permanência da relação imediata entre gênero e papel social, verificada como crítica social na obra de inúmeros autores, dentre os quais se destaca vivamente a moçambicana Paulina Chiziane, cumpre ser superada. Cabem as perguntas: *ser* mulher é, ainda, *estar* mulher? *Ser* homem é, ainda, *estar* homem? Cumpre, em nome da superação dos vícios do colonialismo, superar a equação e abrir espaço para a crítica da ordem de gênero, como se verifica não apenas em Chiziane, mas também, em Ungulani Ba Ka Khosa, Luandino Vieira, João Melo, Evel Rocha, Dina Salústio ou Danny Spínola, dentre muitos e muitos outros.

No caso específico da literatura nacional de Angola, a constituição de novas subjetividades, para além de uma identidade construída pelo confronto com o colonialismo, certamente, foi um desafio para

a geração de autores angolanos que começaram a ser publicados ao longo da década de 1980. É evidente que o vetor que promoveu o discurso da identidade nacional dominou e, ainda, domina a produção literária, ficcional e/ou poética, e, conseqüentemente, sua crítica, na medida em que os procedimentos recorrentes ao nacionalismo se converteram em autêntica tradição no interior daquela literatura nacional.

Essas novas subjetividades questionam um estatuto coletivo em que um “nós”, de evidente conotação épica, se sobrepõe às investidas de um “eu” individualizado. Na década de 1980, no entanto, a centralidade dos discursos criados a partir da celebração da nação e da identidade nacional começara, episodicamente, a ceder lugar a outras possibilidades discursivas, fosse pela emergência de discursos críticos em relação ao estado e à identidade nacional (Laban, 1995), fosse pelo surgimento de uma poesia que seguia contra a corrente de uma subjetividade coletiva (Lugarinho, 2004).

Ao mesmo tempo, é preciso ter, também, em vista as transformações sofridas pela crítica literária nos anos que se seguiram ao fenômeno histórico e político denominado como “descolonização”, ocorrido entre as décadas de 1950 e 1970. Essas transformações, que colocaram em evidência a produção literária oriunda das novas nações que emergiram daquele fenômeno histórico, operaram uma revisão profunda dos conceitos e métodos fundamentais que, até então, nortearam a crítica literária, das quais se destaca fortemente o desenvolvimento do feminismo como perspectiva da crítica literária. Tendo como premissa a suspensão dos procedimentos tradicionais de análise das Humanidades, o feminismo deu ensejo à formação do grande campo dos estudos de gênero.

O desenvolvimento dos chamados estudos de gênero foi devedor evidente da rutura que significou para as Ciências Humanas a emergência do Feminismo como uma perspectiva teórica, capaz de

relativizar o saber produzido a respeito do ser humano e da cultura. Credita-se, de maneira quase unânime, à obra de Simone de Beauvoir, *O segundo sexo* (Beauvoir, 1970 [1949]), o ponto de partida desses estudos. Em sua reflexão comparece o conceito de feminino construído socialmente, isto é, tornar-se mulher não é uma determinação imperativa do sexo biológico, mas o resultado de um processo de experiências acumuladas durante a vida, através do qual o indivíduo se reconhece sob o estatuto do feminino. Ao mesmo tempo, os estudos de gênero são também devedores do desenvolvimento dos estudos a respeito da sexualidade humana e das investigações a respeito das práticas sexuais, fosse, mais anteriormente, pela Psicanálise freudiana, fosse pela Sexologia, com os primeiros estudos de Wilhelm Reich e, posteriormente, de Alfred Kinsey.

O termo “gênero”, no sentido utilizado por esses estudos, é tradução direta do inglês *gender* e designa de forma imediata papéis sociais que definem indivíduos como masculinos ou femininos no meio em que se inscrevem⁴. Se, num primeiro momento, o gênero de um indivíduo era reconhecido através dos papéis sociais por ele desempenhados e que eram devedores de uma determinação sexual

4 Em língua portuguesa, a etimologia de “gênero” não previa tal aceção. Sendo derivada do radical latino *gen-*, que significava “gerar, engendrar, fazer nascer”, permitiu o desenvolvimento de aceções sempre derivadas desse conceito, como *gênese*, *genitor*, *primogênito*, *genitivo* ou *gente*; no século XIX, passou a nomear, através da taxionomia, uma das categorias biológicas de um organismo. Além disso, define, gramaticalmente, a condição masculina ou feminina de uma palavra. Em língua inglesa, do radical latino *gen-* derivaram as palavras *gender* e *genre*. *Gender* significa a categoria gramatical, praticamente inexistente na língua inglesa, ou a função de um organismo no processo de reprodução, macho ou fêmea; enquanto *genre* define a categoria específica de classificação das obras literárias e artísticas, como a poesia, o drama, a narrativa. Teresa de Lauretis (1987), reconhecendo que a língua inglesa não manteve seguramente a noção gramatical de gênero, reclamou essa mesma categoria para a compreensão dos papéis sociais desempenhados pelos indivíduos como masculinos ou femininos (cf. Lauretis, 1987: 1-30).

biológica, o conceito foi ampliado para além do exercício da sexualidade, apesar de coincidências serem flagrantes e recorrentes.

Gerado a partir dos estudos propiciados pelo feminismo, os estudos de gênero, inicialmente, deram atenção imediata ao estudo da mulher e do feminino, confundindo-se mutuamente pela expressiva produção crítica e pelo aparecimento evidente de autoras dignas de destaque. Os estudos sobre as masculinidades apenas passaram a ter relevo durante a década de 1980 com a contribuição decisiva de Raewyn Connell, no âmbito das Ciências Sociais e da Antropologia, e de Eve Kosofsky Sedgwick, no âmbito da crítica literária.

Ao se voltarem para o estudo do homem e das masculinidades, a investigação no âmbito literário confrontou-se com a sua imanência social e, conseqüentemente, literária. Era preciso questionar não apenas a “naturalidade” da produção de autoria masculina, mas, também, a “naturalidade” com que a produção literária originava-se dos e destinava-se aos homens. A desnaturalização da masculinidade tornou-se urgente, ao mesmo tempo em que se passou a verificar, além da sua mutação histórica, as inúmeras identidades que se inscreviam no universo das masculinidades.

2. AS MASCULINIDADES E A IDENTIDADE NACIONAL

Há uma forte e flagrante relação entre masculinidade e nacionalidade. A formulação dos discursos das identidades das nações europeias (modelos dos estados nacionais modernos) construiu paradigmas identitários que orientaram a formação dos indivíduos como súditos, primeiramente, e como cidadãos, em seguida. Por definição, esses paradigmas também definiram quais indivíduos deveriam ser excluídos do discurso identitário nacional.

Historicamente, segundo George Mosse (Mosse, 2000) o Tratado de Paz de Vestfália (1648), ao dar fim à Guerra dos Trinta Anos, na Europa, teria propiciado a constituição dos estados nacio-

nais a partir dos estados dinásticos de então. Por consequência, os estados europeus, cujas fronteiras foram definidas pelo referido tratado, passaram a promover uma homogeneização paulatina das populações abrigadas sob o domínio de um mesmo monarca, procurando estabelecer não apenas uma unificação interna política, mas, também, linguística, étnica e religiosa. Além de determinar, através da eleição de uma narrativa comum de origem (a história nacional), a construção de traços contínuos entre os indivíduos submetidos ao poder do monarca, esse procedimento excluiu os indivíduos que não se submetiam e/ou não se reconheciam a partir dessa narrativa historiográfica comum. Dependendo da predominância populacional existente no interior das fronteiras das monarquias e estados daquele tempo, ou mesmo das características específicas das oligarquias locais, ser católico, ortodoxo, protestante, latino, germânico, eslavo, ou ter algum desses traços na origem familiar, instituiu indivíduos e grupos em condições hegemônicas. O estado, então, passava a se instituir como estado nacional. Cabe lembrar que a nação, seguindo a lição de Benedict Anderson (Anderson, 2007), a “comunidade imaginada”, fora construída a partir de indivíduos que possuíam uma identidade comum e partilhavam experiências comuns e que se reconheciam a partir de uma narrativa comum e fundadora.

De imediato, judeus e ciganos (notadamente na Europa Central), mas também indivíduos mestiços de toda sorte, foram excluídos do estatuto das identidades nacionais europeias. Com o passar do tempo, com a estabilização do paradigma racial/étnico e religioso, outras características foram adicionadas, na medida em que a Ciência avançava sobre as narrativas historiográficas fundadoras, acompanhada pela expansão capitalista e pela própria instituição do Estado, através do Direito e da Justiça: a sanidade mental, a orientação sexual, o capital acumulado e o respeito à legislação interna e à ordem política

estabelecida também passaram a hierarquizar os traços identitários individuais e coletivos em relação à identidade nacional paradigmática. Por negação aos desvios, que eram fortemente descritos pela ciência emergente, o paradigma da identidade nacional se estabelecia – um paradigma flagrantemente masculino⁵.

George Mosse (2000) observou que, no Ocidente, a masculinidade hegemônica (e, portanto, paradigmática) fora instalada pelo patriarcado, instituição social, cuja face jurídica, advinda do Direito romano, era o princípio do *pater familias*. O patriarcado concedia ao chefe do agrupamento familiar o direito de dispor sobre a vida de todos que a ele se subordinavam (homens e mulheres, esposas, concubinas, amantes, filhos e filhas, legítimos ou não, empregados, servos e escravos, de todas as etnias, raças, religiões, origens e possíveis orientações sexuais). O patriarca, num tempo em que as comunicações eram difíceis entre espaços distantes, era efetivamente um representante bastante autônomo do poder imperial e, posteriormente, colonial. Com a formação do estado nacional burguês, o *pater familias* foi esvaziado paulatinamente até o seu completo desaparecimento – o direito sobre a vida dos subordinados, ao passar para o Estado, com a instituição da Justiça, exigiu uma redefinição da

5 Os agrupamentos armados reunidos em função de uma identidade nacional comum devem ser observados em contraste aos exércitos mercenários, expediente historicamente anterior. Nessa altura, a centralidade da identidade masculina é levada ao paroxismo a fim de dar sentido às identidades nacionais, com a criação, ao longo do século XVIII, na Europa, dos exércitos nacionais. A criação do braço armado do estado nacional agregou valor de masculinidade ao indivíduo, alçando-o da vida cotidiana, rural ou urbana, aos desígnios nacionais. As forças armadas, terrestres ou navais, possibilitavam aos indivíduos destituídos de história familiar a distinção não apenas como cidadãos, mas, também, como homens dignos e socialmente aceitos, como se observa pela transformação operada em Heathcliff, protagonista do romance *Wuthering Heights*, de Emily Brontë (1847).

forma de ser e estar homem e das características que viriam a pautar a masculinidade⁶.

Por sua vez, a antropóloga Raewyn Connell (Connell, 1987) descreveu o sistema que dá sentido ao instituto das masculinidades baseado no exercício da hegemonia social, política, econômica, sexual e cultural e é entendida como um padrão de práticas que possibilita o caráter contínuo da dominação de homens sobre mulheres: “ela incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens” (Connell e Messerschmidt, 2005: 830). Connell, ainda, aponta que as masculinidades hegemônicas definem-se a partir de uma lógica patriarcal de gênero e que, por isso, as hierarquias de gênero são historicamente definidas, sofrendo mutações, na medida em que novas formas de hegemonia substituem formas anteriores.

Abaixo das masculinidades hegemônicas constituem-se outras formas de masculinidades, especialmente aquelas que se configuram em condição de subordinação, portanto, em situação não hegemônica. As masculinidades não hegemônicas se constituem em função dos indivíduos que desempenham a hegemonia no agrupamento social, estabilizando e consolidando papéis sociais que constroem a “ordem de gênero”.

A “ordem de gênero” é a rede articulada de relações individuais que hierarquiza internamente os agrupamentos sociais e pela qual se estipula, a partir do seu gênero, quais indivíduos desempenham

6 O duelo, por exemplo, que entrara no século XIX como prática legítima, ao seu fim, estava juridicamente banido das legislações ocidentais que punia severamente aqueles que o praticassem. A honra, conceito difuso, mas atributo fundamental da masculinidade, e que era o efetivo objeto de disputa num duelo, passou a ser defendida e definida pelo Estado. A plena autonomia masculina adentrou, portanto, o século XX fortemente abalada.

ou não a função hegemônica e a ela se subordinam. Se à “ordem de gênero” também forem acrescentadas as relações estabelecidas entre raça, etnia, religião, orientação sexual etc., constitui-se uma imagem piramidal, cujo topo é ocupado por indivíduos que exercem a masculinidade hegemônica, e para a qual todos os outros indivíduos concorrem sem necessariamente serem do sexo biológico masculino. A sociedade ocidental burguesa, apesar de pautada pelo capitalismo, que abre ao indivíduo a mobilidade de classe social, estabeleceu uma estrutura social paralisada, no que tange ao gênero, ao constituir papéis sociais fixos que deveriam ser desempenhados por indivíduos a partir de seu sexo biológico⁷. A “ordem de gênero”, tal qual a sociedade ocidental a definiu, foi, assim, exportada para todos os quadrantes do globo terrestre pelo capitalismo, pelo colonialismo, pelo neoimperialismo e, ainda, hoje, pela globalização.

Além disso, é preciso recuperar que os estados nacionais produziram um efeito simbólico que estabelecia uma continuidade absoluta entre a entidade jurídica e política – o estado – e a comunidade e entidade linguística, social, étnica, cultural ou religiosa – a nação, a fim de, reunidas, ambas as entidades conceitualmente formularem a identidade nacional. A continuidade entre o exercício da masculinidade e a identidade nacional ficava garantida enquanto o indivíduo, ao servir o Estado, servia à nação. Mesmo quando oriundo das classes sociais subalternas, o indivíduo do sexo biológico masculino seria o representante privilegiado dos ideais nacionais, porquanto era a

7 Estudos do período inquisitorial dão margem a uma interpretação: há uma instabilidade bastante flagrante no tocante ao número de condenados pelo Santo Ofício pelo pecado da sodomia (cf. Mott, 1988: 120–139), indicando que indivíduos, anteriormente à emergência da sociedade burguesa, dispunham de maior mobilidade ao desempenharem papéis sociais baseados no gênero.

família nuclear uma entidade jurídica através da qual o estado comprometia-se com os indivíduos.

3. GÊNERO, NAÇÃO E AFETO

Na produção mais contemporânea dos PALOPs, destaca-se a obra narrativa do angolano João Melo porque nela é desenhada uma discussão bastante atenta aos problemas instaurados pela manutenção da “ordem de gênero” colonial amalgamada às práticas consideradas tradicionais. Sem dúvidas, em sua obra, a discussão sobre o gênero e a nação, no contexto pós-colonial, é tema flagrante.

A obra de Melo põe em evidência uma crise de subjetividade – por um lado, o indivíduo em permanente tensão com o Estado; por outro, em tensão com aquilo que “naturalmente” era dado pela cultura e pela “tradição”: o lugar do homem, ou melhor, o lugar da masculinidade na sociedade angolana. Melo expressa uma crise de subjetividade e identidade, por investir na sobreposição entre o gênero e a nação, mas não a resolve, deixa vãos por onde se pode observar a ascensão de um sujeito “inadequado”, porque deve se adequar às incertezas do tempo de paz, que substitui o tempo da guerra, quando homens eram devidamente reconhecidos como soldados e guerrilheiros ao serviço da nação. Talvez, por isso, prefira investir na resolução de sua relação com o Estado – é flagrante que *Filhos da pátria* (2001) representa o resultado de falência de um projeto de estado, dado pelo abandono do programa político instituído durante a independência, em nome da inclusão angolana no processo de globalização econômica.

A fidelidade de Melo a uma ética, expressada em sua obra poética desde os primeiros tempos, torna-se elemento de resistência na obra narrativa na medida em que mantém firme o compromisso político, ético e estético que assumira desde antes do surgimento e da consolidação do estado nacional. Melo observa que a proposição ética das relações do estado com os indivíduos não se repete nas relações

interpessoais, sobretudo nas relações entre homens e entre mulheres e outros homens. Seus personagens estão continuamente a lograr fracassos na investida sobre o outro, especialmente nas relações entre homens e mulheres – entre homens, na maior parte das vezes, subsiste uma camaradagem e uma cumplicidade, a rememorar muitas vezes as relações de caserna, nas quais a confiança e a solidariedade entre pares, sempre masculinos ou masculinizados, se sobrepõem a quaisquer outras formas de relação⁸. Não é demais afirmar que, ao tomar como matéria literária espaços e personagens marginalizados, Melo faz uma crítica mordaz à sociedade e ao estado angolano. No entanto, a fidelidade de Melo ao seu projeto poético inicial, ao invés de salvaguardá-lo, agrava a crise identitária expressa, inicialmente, em sua poesia e, mais tarde, em sua prosa.

A publicação dos contos de *Imitação de Sartre & Simone de Beauvoir* (Melo, 1999) significa um aprofundamento de sua obra, uma vez que nela se encontram ecos da lírica amorosa de *Tanto amor* (1989). Nesse primeiro conjunto de narrativas breves, Melo investiu nas tensões cotidianas da vida amorosa, apresentando um sujeito amoroso mais amadurecido pelas experiências acumuladas do que aquele dos tempos da poesia. Se antes o amor poderia ser resumido no jogo da sedução, o duro dia a dia das relações conjugais tornou-se a tônica do seu projeto narrativo, no qual o desencanto é o solo onde se assenta a ação narrada – desencanto que, aliás, será também índice dos livros seguintes, notadamente em *Filhos da pátria* (2001) e *Os marginais* (2013).

Vale recordar que, no mesmo ano de publicação de *Imitação...*, José Eduardo Agualusa publicara *Fronteiras perdidas* (Agualusa,

8 A perspectiva de Melo constrói um ambiente de homossociabilidade no qual o sujeito se encontra enredado e do qual deve, entretanto, decididamente, escapar para se manter firme na proposição ética a que o narrador submete a narrativa.

1999), colocando em severa discussão o comprometimento do cânone nacional angolano com o estado. É forçoso notar que, para Agualusa, a utopia, centro gerador da produção literária anterior, esgotara sua capacidade de ofertar sentidos ao seu presente histórico. De igual maneira, Melo, em *Filhos da pátria*, deixando de lado a coincidência entre estado e nação, promove um redimensionamento dessa relação, (re)significando o vetor mais nacionalista de sua obra. Recordamos que, tendo sido um dos jovens poetas que saudaram a independência e assinalaram o período de construção histórica do estado e da nação, Melo entra em um processo de autoavaliação, pondo em questão grande parte de sua produção poética anterior. Não há um processo de negação do poeta por parte do contista, mas é flagrante que o poeta que compôs um poema como “A cidade é nossa”, não é o mesmo contista que compôs “Tio, mi dá só cem”:

A cidade é nossa. Na verdade
sempre conhecemos as linhas viciadas
da sua quadratura. Enfim
destruímos os fios invisíveis e dramáticos
que nos mantinham acorrentados
ao cosmos suburbano da miséria.

(MELO, 1989: 66)

No referido conto, “Tio, me dá só cem”, de *Filhos da Pátria* (2001), a voz narrativa é o relato, em tom confessional, num momento de extrema tensão, de uma criança em situação de marginalidade social: “Tio, mi dá só cem, só cem pra comprar um pão, tô então com fome, inda não comi nada desde antesdntem...” (Melo, 2001: 31). Ou mesmo, como que para reafirmar o contraste entre o poeta e o narrador, quando são verificados os seguintes versos:

Dizem: demos novos mundos
 ao mundo. Con-
 cluem
 Deus autorizou-nos a:
 que vos chupemos
 até
 ao osso.

(MELO, 1989: 42)

No primeiro conto, “O elevador”, do mesmo livro, encontra-se a seguinte reflexão do narrador a respeito de um alto executivo, ex-burocrata do estado: “Como é que este gajo ficou assim? O tipo sempre foi o mais radical de nosso grupo, defendia que na Angola do futuro as classes deveriam ser abolidas e a exploração do homem pelo homem extinta para todo o sempre – como é que se transformou assim num novo-rico nojento?” (Melo, 2001: 21)

É inevitável observarmos os ecos da fala do soldado ao abordar o narrador do conto “O Evangelho, segundo a serpente”, de José Eduardo Agualusa, publicado em *Fronteiras perdidas* (1999):

Também dizem que nós destruimos esse país. Destruir? Estamos simplesmente a reajustá-lo à África, aos nossos hábitos culturais. Luanda, por exemplo, era uma cidade europeia, um corpo estranho relativamente ao resto do país. Foi preciso corrompê-la para a libertar. [...] A desigualdade social favorece o desenvolvimento: os pobres invejam os ricos e por isso trabalham. Os muito pobres trabalham para não morrerem de fome. (Agualusa, 1999: 83)

No que consiste, então, a mudança flagrante de direção nos vetores da produção literária de Melo? Alguns críticos podem chamar a

atenção para o fato de que há uma nítida linha de amadurecimento em sua obra, com a utopia da juventude sendo substituída por um “realismo” radical, mais próprio à maturidade. No entanto, sublinha-se que, ao contrário do que aparentemente é observado, Melo aprofunda seus vetores fundamentais, mesmo que em direção oposta. Há de se observar que sua poética estava assentada sobre uma ética indiscutível, a qual, se não punha a tradição do povo angolano como fundamento, trazia valores que seriam radicalmente abolidos pelas razões de estado, nem sempre as mesmas razões da nação. Fiel aos seus primeiros anos de literatura, Melo manteve vivos os seguintes versos como um programa literário:

O regulamento
do poeta
é este
juramento:
ser do povo
o instrumento
aguçado
e atento
às exigências
do momento
incansável [...].

(MELO, 1989:14)

Mas a problematização das identidades de gênero torna-se, quando toda a sua obra é tomada em conjunto, aspeto flagrantemente desenvolvido. Desde *Tanto amor* (Melo, 1989), Melo aprofunda, através de uma poética das relações amorosas, uma masculinidade em “crise”, na qual o sujeito amoroso, evidentemente masculino, se confronta com obstáculos históricos, sociais e culturais, que lhe com-

provem a adequação a uma identidade projetada, mas que claudica por (des)conhecer o objeto amado. Certamente, *Imitação de Sartre & Simone de Beauvoir* (Melo, 1999) é o desenvolvimento, do poema “O jogador”:

Mandei-te mil sinais codificados:
 panos encomendados
 de terras distantes
 os melhores despojos
 de minhas caçadas
 olhares oblíquos
 lançados de longe
 Pacientemente tecia
 a minha armadilha
 como um solitário caçador
 Sou especialista
 em jogos secretos
 Contudo os meus
 arrojados lances
 de nada valeram
 O amor não é um jogo
 de cartas marcadas.

(MELO, 1989: 27)

Melo aprendera que de nada valia a substituição da lógica do caçador pela do sedutor; a resposta à pergunta fatal feita por Freud “o que quer uma mulher?” permanece reticente. Recorde-se as aporias que se constituíram para a masculinidade a partir do abandono da lógica bélica, com a assunção da identidade masculina moderna, baseada no cavalheirismo do século XIX, e a pedagogia do “homem novo”, determinam o despojamento das formas tradicionais de iden-

tidade, inclusive na forma com que lidam com o feminino, ao mesmo tempo em que se defrontam com as novas possibilidades desta identidade. Se Melo recorre à lógica do caçador e, por consequência, à lógica do guerrilheiro e do soldado, submetendo-se, assim, à lógica bélica que norteou a masculinidade hegemônica, a subjetividade masculina encontrada em sua poética não atende às novas exigências do feminino, isto porque, para ele, a “crise” da masculinidade nasce diante da nova identidade feminina que não mais se assenta sobre a tradição. Dessa maneira, é preciso verificar que se está diante de uma crise de subjetividade – por um lado, na relação com o estado; por outro, naquilo que “naturalmente” era dado pela cultura: o lugar do homem, ou melhor, o lugar da masculinidade. Melo expressa a crise, mas não a resolve, como já dissemos, deixa vãos por onde se pode observar a ascensão de um sujeito “inadequado”, porque adequado às incertezas do novo tempo de paz. Talvez por isso prefira investir na resolução de sua relação com o Estado que admiravelmente se apresenta mais facilmente atingível.

Não é demais afirmar que, ao tomar como matéria literária espaços e personagens marginalizados, Melo faz uma crítica à sociedade e ao estado angolano, ação que será aprofundada em *The serial killer e outros contos risíveis ou talvez não* (Melo, 2004). No entanto, a capacidade de Melo de se manter fiel ao seu projeto poético inicial, ao invés de salvaguardá-lo, aprofunda a crise identitária expressa em sua poesia e em sua prosa.

No conto que dá título ao livro, “Imitação de Sartre & Simone de Beauvoir”, deparamo-nos com a seguinte reflexão do personagem masculino:

Claro, claro, nunca cheguei a invocar as tradições africanas. Tanto eu como tu somos animais urbanos, temos uma formação europeizada (maldito colonialismo), as nossas raízes estão mergulhadas num limbo

sombrio qualquer (...). Mas depois da independência uma doença estranha assolou a cidade: os homens começaram a arranjar muitas mulheres (digo: publicamente) e atribuem isso à influência irrevogável da tradição (Melo, 1999: 82-83).

Numa única laçada a personagem esboroa quaisquer discursos cujo sentido fosse o de construção de identidades homogêneas à política do estado, quando não reconhece a sua ancestralidade africana que é sobreposta pela formação educacional “europeizada” e pela experiência urbana intensa que faz da ruralidade um mero acessório cultural. Ao mesmo tempo em que lança dardos aos discursos que recorrem a uma tradição forjada ou, melhor, inventada, que justifique o exercício da masculinidade hegemônica, representada no exercício da poligamia e do adultério. É importante frisar que Melo não estabelece um juízo acerca de tais práticas, mas questiona claramente a justificativa que a ancora numa tradição na qual a mesma prática encontraria justificativas diversas. O juízo recai exatamente, no entanto, sobre o investimento de afeto requerido pelas relações humanas e que, pelo adultério e pela poligamia, estaria comprometido.

Se há um sentido posterior ao princípio de sobrevivência que rege as relações humanas, o afeto é o que as recobre porque através dele se constitui uma relação de prazer desinteressada a que se denomina, no senso comum, *amor*. Melo problematiza as relações humanas não mais apenas pelo jogo ou disputa de hegemonia entre indivíduos que se reconheceriam numa ordem de gênero, busca, contudo, o essencialmente humano das relações para além das “cartas marcadas”. A ordem de gênero é posta em suspenso e, dessa maneira, emergem indivíduos em crise que não se reconhecem em seus papéis cotidianos e que, ironicamente, experimentam a melancolia de um tempo em que as identidades eram fixas e definidas, portanto. Sobra o afeto que os rege e, dessa maneira, o que dele fazer?

A flagrante autonomia das variadas personagens femininas, diante de “homens–banana” com que convivem cotidianamente, já seria suficiente para a narração de dramas que envolvem a crise da masculinidade. Melo, porém, insiste em se aproximar desses indivíduos extraíndo deles as suas mais profundas reflexões e confissões, das quais se destaca, com frequência, a mesma pergunta já feita em *Tanto amor*: “O que quer uma mulher?”, como no conto “Fuligem”, já que institui o protagonista da narrativa efetivamente na *crise do masculino*:

Ele não era como os outros, que, quando viajam, estoiram os dólares em copos e putas. Era um chefe de família, um funcionário antigo, a experiência dele já era do tempo colonial. (...)

Pergunta: “o que é que a Necas queria mais:?”

O homem da pistola .45 não sabia, não queria saber e tinha raiva de quem sabia. Por isso, resolveu: “Chega! Chega! É hoje que desgraço a minha vida, mas, também, os sacanas não vão passar a rir-se de mim...”

(Melo, 1999: 92-93)

Mas, paralisado diante da confissão do abandono próximo por parte da companheira, e, por isso, impossibilitado de reagir e defender a sua honra a todo custo, o “homem da pistola 45” conforma-se em olhar para a sua imagem no espelho e “sentir-se, novamente, um ‘cornudo-de-merda-coberto-de-fuligem’” (Melo, 1999: 94). Não há como continuar submetendo-se ao estereótipo da masculinidade, reconhecendo o seu próprio fracasso como homem.

Como que num espelhamento, André, personagem do conto seguinte, “O fato azul escuro”, abandona Belita, companheira de vários anos, para se casar com outra mulher. Mas, ao invés de uma simetria nas relações homem-mulher, o narrador evidencia a subserviência de Belita e a forma de tratamento que André lhe dispensa,

ao contrário do que acontecera em “Fuligem”, em que a narrativa acompanha o fluxo de consciência do marido traído. Belita conforma-se em seu papel social de esposa traída e abandonada, enquanto o protagonista de “Fuligem” tem acesso aos dispositivos que instituem a sua identidade masculina, como a delação da vizinha e o próprio senso comum que lhe viria em socorro, ao passo que a Belita cabe se conformar com a traição. Paira sobre os contos de Melo a imagem do homem detentor de uma masculinidade hegemônica, que deve ser preservada a todo custo, mas que todas as circunstâncias narrativas questionam, porque suspeita da sua capacidade de exercer a hegemonia masculina.

No entanto, surpreende o último conto de *a Imitação de Sartre & Simone de Beauvoir* (Melo, 1999), “O estranho caso da doutora Umbelina”, cujo título remete imediatamente ao conto de Edgar Allan Poe, “O estranho caso do Sr. Valdemar”⁹. Umbelina era casada com Miguel e após algum tempo de casada, com um bebê de meses, resolve partir para Cuba, onde faria um curso de Medicina. Após sua volta, anos depois, Umbelina procurou retomar o casamento e se depara com Miguel mantendo uma relação extraconjugal com Tina, o que lhe deixa em profunda depressão, com momentos de insônia, alternados com pesadelos. Tia Francisca convence Umbelina a consultar-se com o feiticeiro mã Fifas. Na periferia de Luanda, no musseque Cazenzas, o feiticeiro determina que Umbelina necessita ficar por uma semana com ele e dá ordem à Tia Francisca que retorne

9 O conto “The Facts in the Case of Mr. Valdemar”, de Edgar Allan Poe, publicado originalmente em 1845, narra a estória do senhor Valdemar submetido a uma sessão de mesmerismo (uma modalidade de transe hipnótico) no momento exato de sua morte e que, assim, permanece por sete meses, apesar de constatada a sua morte. Ao fim do conto, após ser despertado do transe, o Sr. Valdemar implora para ser mantido em sono hipnótico ou acordá-lo definitivamente – atendido em seu desejo, o corpo do Sr. Valdemar decompõe-se imediatamente em uma repugnante massa líquida.

após a conclusão do prazo. Ao retornar, Tia Francisca é recebida pela médica, nua e com os cabelos trançados em jindungos. Umbelina dirige-se a Tia Francisca em calão e declara-se curada pelo tratamento do feiticeiro; além disso, manifesta a vontade de permanecer ao seu lado pelo resto da vida, já que “Eu vou ficar aqui mesmo com mãe Fifas para sempre...” (Melo, 1999: 112). Ouvindo essas palavras, Tia Francisca tem a sensação de dever cumprido e parte, com a tarefa de esquecer-se da morada de mãe Fifas. O narrador declara, então, que Umbelina, ao lado de mãe Fifas, “sentiu-se, pela primeira vez em toda a sua existência, protegida contra todos os males e perigos” (Melo, 1999: 112).

A pergunta que fica, ao final do conto, para o leitor, após o acúmulo de discussões das relações entre homens e mulheres, a ser estendida a todas as narrativas ali reunidas, subsumem à pergunta que o “homem da pistola .45” já fizera, “o que quer uma mulher?” Umbelina fizera um curso superior, fora apresentada como uma “mulher moderna”, capaz de colocar-se em função de sua profissão e de suas realizações pessoais, inclusive abrindo mão do papel de mãe, mas encerra a narrativa como uma mulher que se oferece como objeto, em troca de proteção (espiritual). Como no conto de Poe, a protagonista atravessa um espaço intervalar, o limbo da experiência para morrer/renascer. Ela definitivamente se torna outra, porque sob o estatuto de proteção. Não importa aqui levarmos em consideração a trajetória sob uma visão descendente, como se Umbelina abrisse mão de sua emancipação profissional e social para se encontrar numa “nova” condição, mais conformada ao estatuto de uma tradição que lhe era oferecida em troca da “proteção”. Umbelina renasce porque agora se encontra num espaço de papéis fixos, identidades fixas e claras em que se pode reconhecer. Seria esse a condição mais possível para a “Imitação...”? ou a interrogação que fica para o leitor é a saída?

O conto “Natasha”, de *Filhos da Pátria* (Melo, 2001), parece oferecer mais algum sentido para a questão. Natasha, jovem russa, conheceu Adão, jovem angolano, ainda na extinta União Soviética. Após uma rápida abordagem mútua tornaram-se parceiros sexuais e passaram a conviver numa relação amorosa. O narrador, comprometendo-se a não se intrometer, reproduz os relatos de ambos a respeito da relação mantida e, reproduzindo uma fala de Adão, deixa claro que a relação de ambos nascera pelo interesse sexual, especialmente pelo interesse demasiado de Natasha pelo membro de Adão – “pediu para eu não parar nunca mais, para fodê-la até ela esquecer – é melhor sentar-se – a Revolução de Outubro e o socialismo...” (Melo, 2001: 45). Natasha, por sua vez, tenta explicar a sua ida para Angola pelo fascínio que Adão lhe imprimira, mas sem ter certeza do que realmente a levava a tomar a decisão bastante arriscada de sair de seu país e seguir com Adão para Angola. Lá, foi levada a compartilhar o amante com outra mulher e a viver efetivamente como uma mulher angolana, num musseque, enquanto cuidava de duas crianças mulatas. Natasha fora atraída por Adão, revelara ao narrador, pelas estórias que lhe contava sobre o seu país, o seu passado e a sua genealogia, que lhe punha em contato com um espaço idealizado que contrastava com o seu próprio país em transformação. Adão se apresentara como um filho de caçador, com uma genealogia que remontava a família real da Lunda, abastado dono de fazendas... mas para ele eram apenas estórias, enquanto, para Natasha, era a oportunidade de segurança que o estado soviético, em corrosão, não poderia mais oferecer. A Angola idealizada pelas estórias de Adão oferecia-lhe pontos fixos de orientação, segurança e proteção. Seria isso, enfim, o que desejaria uma mulher? Ou será que Adão, incapaz de ofertar-lhe a realidade que projetara no passado, só poderia dar-lhe a instabilidade das identidades em um país que estava longe das estórias descritas a Natasha?

A narrativa de Melo reduziria, então, as identidades masculina e feminina a mínimos traços distintivos? Ou seja, reduziria o homem africano ao seu falo e a mulher, emancipada e europeia, ao seu desejo incontrolável, ou reduziria o homem ao seu estatuto de protetor, princípio distintivo da identidade masculina, e a mulher à sua fragilidade física? Ambas as possibilidades ficam dadas, quando lemos um conto ao lado do outro. Masculinidade e feminilidade são elementos de identidade disponíveis aos agenciamentos, ao mesmo tempo em que capacitam os indivíduos a se agenciarem conforme os dispositivos com que se defrontam. Estaria aí a virtude da narrativa de Melo, expor as contradições das identidades de gênero ao mesmo tempo em que constrói personagens que buscam com ansiedade vetores de orientação num mundo que se fragmenta.

O conto “Ngola Kiluanje”, também de *Filhos da Pátria* (Melo, 2001), apresenta uma saída às contradições das identidades que Melo persegue. Nesse conto, o passado ancestral é uma narrativa que constrói uma identidade e marca o protagonista, por atribuição, aos valores heroicos do personagem histórico angolano que intitula a narrativa. O protagonista é branco, filho de colonos brancos, imigrados no Brasil desde os tempos da independência de Angola. O estatuto heroico lhe é conferido por uma mulata brasileira, Jussara, que o chama de “Ngola Kiluanje” enquanto fazem amor. As contradições são assumidas, apesar dos receios do narrador-autor (que é distinto do narrador-personagem), mas emergem como agenciamentos diante dos dispositivos de controle, escamoteando a História. Aqui, neste conto, a ordem do discurso é subvertida por formações discursivas acessadas para dar azo ao desejo e confirmar os afetos. O protagonista supera as crises identitárias porque se faz outro para além do que aprendera. Se algum sentido ainda pode ser buscado desde *Tanto amor*, pode ser encontrada a resposta possível oferecida por Melo às aporias verificadas a partir de *Imitação de Sartre & Simone*

de Beauvoir, e que advinham desde *Tanto amor*. São propostas novas significações aos corpos, para além das genitálias, e às identidades individuais, em função da felicidade, não a buscada, mas a efetiva, propiciada pela eliminação de todo o aparato cultural que cria obstáculos ao seu acesso.

É preciso assinalar que as identidades para Melo são observadas em conjunto, coexistindo seja quando em estabilidade, seja quando em crise. A crise da identidade masculina se manifesta quando a própria nacionalidade se encontra em crise, ou a estabilidade social se encontra em perigo. À Natasha e à Umbelina, Melo parece responder com sua poética, porque nela as aporias comparecem superadas pela tradição do discurso amoroso, que reduz as subjetividades a uma dialética amorosa do amador com a coisa amada, da qual a síntese é a felicidade experimentada, não a prometida:

Acolhe-me, amor.
 no teu vasto corpo quieto,
 suavemente expectante.
 Abre-me os teus braços amorosos,
 mornos como o primeiro sol
 das manhãs
 ou como as túrgidas noites marítimas
 desta velha cidade.
 E em teu ventre escuro
 faz-me de novo nascer,
 uma, duas, mil vezes
 – sempre.
 (MELO, 2009: 22)

Quais agenciamentos passam a ser possibilitados pelo discurso amoroso? Lembremo-nos que ele é transgressor por natureza porque expõe, sem censuras, o desejo do amador que, em outras circuns-

tâncias cairia no ridículo dos discursos predefinidos, mas que, como afirma Roland Barthes, “no proferimento do *eu te amo* o desejo não é nem reprimido (como no enunciado) nem reconhecido (lá onde não era esperado como na enunciação), mas simplesmente: gozado. O gozo não se diz; mas ele fala e diz: *eu te amo*.” (Barthes, 1994: 99).

Dito, não interdito, o gozo, experiência para a qual as personagens de Melo convergem, em conjunto com sua poética, traduz a experiência do agenciamento possível. Entretanto, pelo silêncio que impõe, por não ser dizível, abre lacunas várias onde são lançadas Umbelinas e Natashas, submetidas a uma ordem ainda devedora da normatização da hegemonia masculina. Ao mesmo tempo Miguel, Adão, ou o Pato Donald (de “O dia em que o Pato Donald comeu pela primeira vez a Margarida”, do livro de mesmo título, 2006), procuram gozar da hegemonia com as estratégias possíveis que lhes cabem. Melo, por fim, agencia o seu sujeito poético, junto a Antonio/Ngola Kiluanje, como saída para a crise na qual a masculinidade se desconheceu.

REFERÊNCIAS

- ABOIM, Sofia (2008). “Masculinidades na encruzilhada: hegemonia, dominação e hibridismo em Maputo”. In: *Análise Social*, 43. 2: 273-295.
- AGUALUSA, José Eduardo (1999). *Fronteiras perdidas*. Lisboa: Dom Quixote.
- ANDERSON, Benedict (1995). *Comunidades Imaginadas: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. Trad. Eduardo L. Suarez. Mexico: Fondo de Cultura Económica.
- BARTHES, Roland. (1994). *Fragmentos de um discurso amoroso*. Trad, Hortênsia dos Santos. Rio de Janeiro: Francisco Alves. [13.^a ed].
- BEAUVOIR, Simone de (1970). *O segundo sexo I: Fatos e Mitos*. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Difel. [4.^a ed].
- CABAÇO, José Luís. *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

- CABRAL, Amílcar (s/d). *Livro. s/l; s/ed.* disponível em <http://www.amilcarcabral.org>, consultado em 15/07/2011.
- CONNELL, Raewyn (1987). *Gender and Power*. Stanford: Stanford University Press.
- CONNELL, Raewyn. e MESSERSCHMIDT, James W (2005). “Hegemonic masculinity: rethinking the concept”. *GENDER & SOCIETY*, 19. 6: 829-859.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix (1975). *Kafka. Por uma literatura menor*. Trad. Julio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Imago.
- KOLBANOSKI, Vladimir (1949). “A Moral Comunista (1947)”. *Problemas. Revista Mensal de Cultura Política (PC do B)*, 17. MARXIST INTERNET ARCHIVE, disponível em https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/17/moral.htm, consultado em 18/07/2011.
- LABAN, Michel (1995). “Escritores e poder político em Angola desde a independência” in Laura Padilha (ed.), *Anais do I Encontro de Professores de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa: repensando a africanidade*. Niterói: Imprensa Universitária/Universidade Federal Fluminense.
- LAURETIS, Teresa de (1987). *Technologies of Gender: Essays on Theory, Film, and Fiction*. Bloomington: Indiana University Press.
- LUGARINHO, Mário César (2004). “Dizer EU em África: poesia e subjetividade”. *Scripta (PUCMG)*, 7.13: 314-319.
- LUGARINHO, Mário César (2013). “Masculinidade e colonialismo: em direção ao “homem novo” (subsídios para os estudos de gênero e para os estudos pós-coloniais no contexto de língua portuguesa)”. *ABRIL (NEPA-UFF)*, 5.10: 15-38.
- MELO, João (1989). *Tanto Amor*. Luanda: União dos Escritores Angolanos.
- MELO, João (1999). *Imitação de Sartre & Simone de Beauvoir*. Lisboa: Caminho.
- MELO, João (2004). *The serial killer e outros contos risíveis ou talvez não*. Lisboa: Caminho.

- MELO, João (2006). *O dia em que o Pato Donald comeu pela primeira vez a Margarida. 18 estórias quase pós-modernas*. Luanda: Editorial Nzila.
- MELO, João (2001). *Filhos da pátria*. Luanda: Nzila.
- MOSSE, George L. (2001). *La imagen del hombre: creación de la moderna masculinidad*. Trad. Rafael Heredero. Madrid: Talasa.
- MOTT, Luiz (1988). “O pagode português: a subcultura gay em Portugal durante a Inquisição”. *Ciência e Cultura (SBPC)*, 40: 120-139.
- SABINE, Mark (2011). “Nós matamos o cão-tinhoso: a emasculação de África e a crise do patriarca negro”. *Via Atlântica (USP)*, 17: 187-200.
- SEDGWICK, Eve K. (1985). *Between men: English literature and male homosexual desire*. New York: Columbia University Press.

ABSTRACT

The development of the gender studies enabled the specific investigation of hegemonic and subordinate masculinities, highlighting the relationship between the exercise of masculinity and power. Bourgeois society emphasized masculinity according to the identity of European national states and, therefore, built paradigms that represented in their national literatures. Given the contemporary crisis of gender identities, the Angolan author João Melo, at the dawn of the twenty-first century, recognize the state of crisis experienced by masculinities that continually refuse the pre-determinations approaching gender and power.

Keywords: Gender, Masculinities, National identity, Angolan fiction, João Melo

RESUMO

O desenvolvimento dos estudos de gênero possibilitou a investigação específica das masculinidades hegemônicas e subordinadas, pondo em evidência a relação entre o exercício da masculinidade e do poder. A sociedade

burguesa enfatizou a masculinidade em função da identidade dos estados nacionais europeus e, para isso, construiu paradigmas que se representavam em suas literaturas nacionais. Tendo em vista a crise contemporânea das identidades de gênero, a obra do angolano João Melo, no alvorecer do século XXI, reconhece o estado de crise experimentado pelas masculinidades que recusam continuamente as predeterminações que aproximam o gênero e o poder.

Palavras-chave: Gênero, Masculinidades, Identidade nacional, Ficção angolana, João Melo

